

ESTADO, POLÍTICAS NEOLIBERAIS E OS (DES)ENCONTROS NA IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO PARANÁ

STATE, NEOLIBERALS POLICIES AND THE (MIS)MATCHES IN THE IMPLEMENTATION OF THE EDUCATION ON THE FIELD IN PARANA

Caroline Mari Oliveira¹
Maria Aparecida Cecilio²

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar as relações entre o Estado e as políticas neoliberais que propiciam os encontros e desencontros na implementação de políticas públicas para Educação do Campo no Paraná, a partir da década de 1990. Tal análise está fundamentada na pesquisa bibliográfica e documental, e amparada nos fundamentos teóricos e metodológicos do materialismo histórico, uma vez que o objeto de estudo desse trabalho está situado no âmbito da luta de classes, característica da sociedade capitalista. Tornou-se relevante organizar o texto compreendendo o Estado capitalista em articulação com as políticas neoliberais e que se torna mínimo para o social e máximo no compromisso com os interesses do capital, consolidando projetos de reformas estruturais no Estado brasileiro e na educação a partir de 1990, os quais lançaram bases para que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST tivessem relações consensuais e contraditórias com o Estado para o fomento de políticas públicas para a Educação do Campo no Paraná. As políticas educacionais neoliberais atendem os educandos/as por meio de políticas sociais compensatórias, projetando ao campo brasileiro uma proposta mercadológica pautada no agronegócio que é uma das formas mais predatórias que expropria os sujeitos do campo de seus espaços de vida e cultura. Contudo, ao mesmo tempo, que o capital tem se apropriado, ainda mais, do contexto campestre, tem se constituído uma agenda de lutas por superação desse embate entre capital e trabalho protagonizados pelo MST no Brasil e no Estado do Paraná.

Palavras-chave: Estado. Políticas neoliberais. Educação do Campo. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Abstract: This article aims to analyze the relations between State and the neoliberal implications that facilitate the matches and mismatches for the implementation of public policies for Education on the Field in Paraná, from the 1990s. This analysis is based on bibliographical and documentary research, and supported by theoretical and methodological foundations of historical materialism, since the object of study of this article is found within the class struggle, characteristic of capitalist society. It became relevant to organize the text comprehending the capitalist State is in articulation with neoliberal policies and that it becomes minimal for the social and maximum in the commitment to the capital interests, consolidating projects of structural reforms in the Brazilian State and in education from 1990, which based the consensual and contradictory relations between the Movement of Landless Rural Workers - MST and State for the promotion of public policies for Education on the Field in Paraná. The neoliberal educational policies attend the students by compensatory social policies, projecting to the Brazilian field a market proposal based on the agribusiness which is one of the most predatory forms that expropriates the subjects from the field of their life and cultural spaces. However, at the same time, that capital has been appropriated, even more, of the peasant context, an agenda of struggles has been constituted to overcome this conflict between capital and labor carried out by the MST in Brazil and in the State of Paraná.

Keywords: State. Neoliberals policies. Education on the field. Movement of Landless Rural Workers – MST.

¹ Doutoranda em Ciências Ambientais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade do Estado de Mato Grosso, UNEMAT. Pesquisadora no Grupo Rede de Pesquisadores em Políticas Públicas, Estado e Formação Humana, UNEMAT/EPJSV/FIOCRUZ. E-mail: oliveiracaroline29@gmail.com

² Doutora em Educação pela UNESP- Marília. Professora adjunta na Universidade Estadual de Maringá, no Departamento de Teoria e Prática da Educação, Docente no Programa de Pós-Graduação em Educação da UEM. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas e Gestão Educacional – GEPPGE/CNPq. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas Públicas e Gestão da Educação na América Latina e Caribe – PGEALC. E-mail: maacecilio@gmail.com

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Com o propósito de buscar subsídios teóricos e metodológicos para uma pesquisa dialética na área de educação, este artigo apresenta-se pautado na análise da consolidação histórica do capitalismo na busca de compreensão do projeto político, econômico, social e ideológico do neoliberalismo que fundamenta e influencia a formação social e individual dos seres humanos, as políticas (públicas) sociais neoliberais e a Reforma do Estado Brasileiro a partir da década de 1990.

Acreditamos que com essa fundamentação teórica e metodológica, têm-se as bases para discutir as relações entre MST e Estado: suas implicações neoliberais e os encontros e desencontros para a implementação de políticas públicas para Educação do Campo no Paraná.

Para subsidiar o objetivo deste estudo teórico optou-se pela pesquisa bibliográfica e documental de fontes que nos auxiliam na análise da ideologia neoliberal na fase do capitalismo contemporâneo, bem como, as bases produtivas que consolidaram historicamente a sociedade capitalista por diversas fases, e as novas determinações decorrentes das relações sociais que produzem e reproduzem tanto as contradições e crises estruturais do capital quanto as condições materiais para sua superação.

A partir das análises das contradições históricas do neoliberalismo, destaca-se os processos mais significativos desse movimento, como a mundialização, a concentração e a centralização do capital nas mãos de uma classe hegemonicamente dominante que junto à luta de classes possibilita os limites e contradições estruturais do modo de produção capitalista. No entanto, as contradições e as lutas de classes são suprimidas pelos neoliberais e entendidas como natural pela sociedade burguesa consolidando o capitalismo como fim último da sociedade e interferindo na organização dos Estados nacionais neoliberais a favor das relações capitalistas financeiramente mundializadas.

Por outro lado, também mostramos que não existe uma “única” via para a superação das contradições sociais prementes da sociedade capitalista. E que a construção de uma alternativa contra-hegemônica tem sido construída por movimentos sociais como o MST, que com suas lutas pela reforma agrária articulam a luta pela Educação “do e no” Campo para consolidar as

bases para superação da sociedade dividida em classes sociais.

Os encontros e desencontros que permeiam a luta desses sujeitos coletivos e organizados em prol de políticas educacionais para os camponeses têm sido mantida pelo constante diálogo consensual e contraditório entre MST e Estado tanto no âmbito federal, quando estadual. O foco desse estudo é no âmbito estadual que a partir de 1990, destaca-se como sendo o período determinante para o início desses diálogos tanto por resistências hierarquizadas (verticalizadas) decorrentes dos conflitos e violências que ocorreram no campo durante os primeiros governos paranaenses estritamente neoliberais, quanto por diálogos horizontais que acabaram contribuindo com conquistas na Educação do Campo no Paraná, como secretarias de Educação do Campo, publicação das Diretrizes Curriculares da Educação do Campo (2006), cursos de formação de professores do campo e entre outros.

Para melhor visualização e leitura deste trabalho, o texto está organizado em duas seções, a primeira contempla a configuração do Estado capitalista e suas ressignificações neoliberais, essa reflexão é necessária para configurarmos o caráter de Estado (reformado) perante aos interesses do capitalismo contemporâneo e sua interferência nas políticas e reformas educacionais. A segunda seção contempla uma breve análise das relações entre MST e Estado do Paraná e seus encontros e desencontros na implementação de políticas públicas para a Educação do Campo, a partir de 1990.

COMPREENDER O ESTADO CAPITALISTA E AS POLÍTICAS NEOLIBERAIS: BASES PARA A LUTA PELA TERRA E EDUCAÇÃO DO CAMPO

Diante do arcabouço neoliberal, compreende-se que o Estado sufoca as liberdades individuais na esfera da economia. Portanto, os preceitos neoliberais afirmam que o raio de ação do Estado deve ser diminuído para evitar falhas de suas ações no âmbito político e econômico, justificando a defesa de que o funcionamento do mercado é um paradigma a ser seguido, principalmente, por instituições sociais. Assim, desenvolve-se a defesa das privatizações, desregulamentações e da publicização anunciadas, por exemplo, no Plano Diretor da Reforma do Estado Brasileiro (1995).

A questão a ser posta é a redefinição do papel do Estado seguindo um padrão de melhoria estritamente econômico. O qual propicia o ideal de Estado neoliberal como árbitro do jogo econômico, garantindo os direitos da propriedade privada e implementando um ambiente possibilitador das novas relações econômicas capitalistas facilitadas pela expansão das finanças mundializadas.

O Estado neoliberal é uma ressignificação do Estado na atual fase do capitalismo. Pois, o modo de produção em suas diferentes fases redefine o papel dos Estados nacionais para cumprir com objetivo de corresponder às determinações econômicas que cada período exige.

Para entender o que é o Estado neoliberal, cujo papel é corresponder de forma eficiente ao processo de mundialização do capital, é necessário entender o que é Estado na sociedade capitalista em sua essência, que tem acompanhado o desenvolvimento do capitalismo, por mais que este passe por momentos de continuidade e ruptura, de manutenção do que está posto e luta por sua superação.

Diante do exposto sobre a rearticulação do Estado que, a partir de 1970, adotou fundamentos neoliberais e que mais tarde influenciaram todo aparato político, econômico e ideológico das reformas brasileiras. Assim, o Estado, diante de uma perspectiva marxista, é “[...] produto e a manifestação do antagonismo inconciliável das classes” e constitui-se como “um órgão de dominação de classe, de submissão de uma classe por outra; é a criação de uma ‘ordem’ que legaliza e consolida essa submissão, amortecendo a colisão de classe” (LÊNIN, 2011, p. 37-38).

Dessa forma, o Estado não pode ser tomado como instituição natural que sempre existiu, é preciso entender o processo histórico que culminou na “constituição” deste como produto das relações sociais. Engels (1985, p. 135-136) explicitou que:

O Estado não é pois, de modo algum, um poder que se impôs à sociedade de fora para dentro; tampouco é a ‘realidade da idéia moral’, nem ‘a imagem e a realidade da razão’, como afirma Hegel. É antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por

antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e mantê-lo dentro dos limites da ‘ordem’. Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado.

Segundo Lênin (2011) o Estado imbricado com as características burguesas, é um Estado de direito, onde a burguesia recorre ao Estado capitalista porque o mesmo ignora as lutas de classes e é extremamente pertinente aos seus interesses privados. Poulantzas (1971, p. 8) afirmou que o fato do Estado omitir as lutas de classes ocorre devido a sua organização política da sociedade que tem diversos interesses econômicos “[...] não interesses de classe, mas interesses de indivíduos privados, sujeitos econômicos”.

Delimita-se assim, a função do Estado na sociedade capitalista, a respeito das classes dominadas. Poulantzas (1971) considera que o Estado determina seu isolamento econômico impedindo a organização política da classe dominada. Para a classe dominante, ao contrário, possibilita a organização política e invalida o isolamento econômico. Permitindo que a burguesia, por meio do Estado capitalista, oculte a divisão de classes, na medida em que isola os dominados para que não se identifiquem enquanto classe trabalhadora e os mantém afastados do poder político do Estado.

Para compreender o conceito de Estado para o campo brasileiro, Souza (2013) nos explicita que o Estado tem relações com a democracia e conflito, constitui um poder deslocado da sociedade para manter a exploração, a propriedade privada, em dimensões locais no campo brasileiro pode-se observar a defesa de determinados interesses econômicos ligados às atividades agrícolas em expansão, como o avanço do agronegócio.

O Estado capitalista não representa diretamente os interesses econômicos da classe dominante, mas se constitui na representação dos interesses políticos desta classe, por meio do consenso articulado ao neoliberalismo que legitima os interesses da classe dominante como se fosse o interesse geral de um país. Contudo,

Poulantzas (1971) nos alerta que o Estado não representa somente os interesses dominantes, eventualmente representa as classes dominadas, quando estas tem interesses contrários aos interesses econômicos. Porém, isso só ocorre quando for compatível com os interesses políticos viabilizando a dominação hegemônica.

Essa garantia de interesses econômicos só ocorre por meio da luta de classes, e a classe dominante em muitos momentos cede nesta correlação de forças para garantir o poder hegemônico, desorganizando politicamente as classes dominadas garantindo o controle político, por exemplo, quando sacrifica o econômico para conceder a política social em favor das classes dominadas impedindo conflitos sociais e a manutenção do modo de produção capitalista.

De acordo com estas características do Estado, enquanto instância que permite a classe dominante propalar seus interesses como hegemônicos, garantindo o controle da sociedade e mantendo sua reprodução, compreendemos como ele se configura no atual estágio do capitalismo e, passemos a reflexão de como ele se configura a partir das reformas propaladas no Brasil no capitalismo contemporâneo.

O Estado neoliberal favorece a perspectiva do capital mundializado e estabelece o modelo de acumulação flexível para novas rearticulações na sociedade capitalista. Com processos particulares, em virtude das realidades históricas e sociais de cada país, detectam-se características marcantes da mundialização das finanças, das dívidas e do próprio capital, da concentração e da centralização de poder e capital. Dessa totalidade mundializada do capital, o Estado brasileiro se integra como parte local na configuração global da sociedade capitalista na fase imperialista (NETTO e BRAZ, 2011).

Chesnais (1996) indica que o capitalismo não tem fronteiras nos Estados Nacionais, por isso suas configurações são consideradas mundializadas em países desenvolvidos e “em desenvolvimento”. Assim, todos esses países, de forma particular, articulam-se com a totalidade da organização dos Estados neoliberais, interferindo em todas as esferas da vida, como na educação, na cultura, na política, nas políticas sociais, enfim em todo modo de organização da sociedade, consolidando o consenso e a hegemonia sóciometabólica do capital.

No Brasil, após longo período de ditadura civil-militar, que assolou o país desde 1964,

encontrou na década de 1980 um campo facilitador para o fortalecimento das lutas pela democratização, desembocando na Constituição Federal Brasileira de 1988. Segundo Sader (2010, p. 24) a Constituição era “[...] um documento de afirmação de direito expropriados pela ditadura e da instituição de outros novos”.

Entretanto, no governo Sarney (1985-1990) o processo de redemocratização foi limitado ao plano político-jurídico, não estendendo-o por todo tecido social. Seu governo esgotou tal projeto democrático e possibilitou uma virada regressiva tão predatória quanto à ditadura civil-militar, principalmente, com a eleição de Fernando Collor de Mello, em 1989, à presidência da república. Collor assumiu uma postura que superava a democracia-ditadura, e chegada até a hegemonia neoliberal, marcada pelo discurso de modernização do Estado e do mercado como principal paradigma a ser seguido por instituições sociais.

Antes disso, o Brasil desde a década de 1960 enfrentava aguda crise econômica e financeira, enfrentando vários problemas com estagnação industrial, declínio da expansão econômica, insatisfação dos brasileiros e polarização da pobreza. A classe dominante buscou superar esse período de crises com o golpe militar de 1964 e com os novos caminhos que este propiciou à abertura de capital financeiro e desenvolvimento de multinacionais. Este período foi chamado de “milagre econômico” devido a intensa modernização e aumento das taxas de crescimento econômico, aliado à união de investimentos estrangeiros e recursos do governo e setor privado brasileiro, inclusive, para resolver questões agrárias que se arrastam e não são resolvidas desde a conquista portuguesa de nosso território (SOUZA, 2013).

O período pós-1964 se constituiu em uma época de ampliação das estratégias de controle das disputas pelo acesso à terra, em especial, pelos trabalhadores rurais. O golpe representou a repressão aos movimentos populares e afirmou a hegemonia do capital monopolista sobre os demais segmentos do capital. Nesse contexto, foi realizada a modernização da agricultura por forças políticas conservadoras e grupos agrários tradicionais, a qual foi ponto de partida para a intensificação da nova dinâmica da agricultura brasileira a partir da década de 1980, na qual são marcadas pela fusão comercial da agricultura, terra e indústria. Nesse sentido, Souza (2013)

compreende que a questão agrária foi “resolvida” com o agronegócio, não sendo realizada a reforma agrária³ como uma forma de minimizar o problema histórico da terra no Brasil.

A modernização conservadora da agricultura foi responsável pelo aumento das diferenças regionais, gerou efeitos perversos, pois a propriedade se tornou ainda mais concentrada, as diferenças de renda aumentaram, acentuou-se o êxodo rural e as taxas de superexploração do trabalho nas atividades agrícolas, piorou a qualidade de vida da população trabalhadora do campo e agravaram-se as condições ambientais.

Em um modelo político e econômico altamente concentrador e centralizador de rendas, apoiado pelo Estado, a agropecuária privilegiou a produção de exportáveis e se fortaleceu criando o desenvolvimento econômico no campo, a qual atualmente, representada pelo agronegócio. Dessa forma, Souza (2013, p. 38) ao nos apresentar o processo de formação e as relações das fronteiras agrícolas na região da Amazônia Legal nos explicita que:

[...] com o avanço do capitalismo no campo brasileiro, aumentou a acumulação e a concentração da riqueza, transformando o meio rural com a mecanização e a industrialização, simultaneamente à modernização tecnológica de alguns setores da agricultura. Seu reverso teria sido a expropriação e expulsão da terra dos mais variados tipos de trabalhadores rurais, gerando o crescimento do trabalho assalariado e novos personagens na luta pela terra e pela reforma agrária no Brasil.

Esse processo histórico contribuiu com a reprodução capitalista no campo no Brasil que gerou avanços políticos e econômicos para o grande capital, alguns dos trabalhadores rurais foram expropriados e expulsos de suas terras nas

regiões Sul e Sudeste se organizaram em movimentos sociais, auxiliados por representantes da Teologia da Libertação e começaram a ocupar terras pressionando o Estado a resolver o problema agrário ou, alguns, ainda, migraram para novas cidades, resultadas de projetos de colonização privadas ao longo da Rodovia Federal BR-163 (Cuiabá – Santarém) no norte do estado de Mato Grosso, ocupando a fronteira amazônica brasileira e constituindo novos processos de disputas, interesses e contradições relativas à questão agrária nos novos territórios.

A partir da compreensão deste contexto histórico entende-se que a medida que o desenvolvimento econômico propiciado pelo Estado por meio de incentivos fiscais, isenções tributárias à atividade agropecuária provocou a multiplicação das tensões sociais no meio rural e a proliferação de conflitos e ampliação da luta pela terra, na qual o MST se insere a partir da década de 1980, trazendo além de sua pauta pela reforma agrária, a Educação do Campo como um dos eixos que propicia a conquista dos direitos humanos, campo, educação e política pública (CALDART et al., 2012).

Na década de 1980, a partir da crise que superou o “milagre econômico” que perdurou durante o período da ditadura civil-militar, os quais favoreceram muito as classes dominantes e que também contribuíram com o aumento do desemprego, violência, miséria e falências de pequenas empresas. Este contexto possibilitou a defesa da eliminação da intervenção do Estado na economia, no que tange às suas funções de planejamento e condução direta e adoção de estratégias de ajuste neoliberal por meio da privatização e desregulamentação das atividades econômicas como única saída para a manutenção do capital e contínuo desenvolvimento do país, tal como ocorreu no Chile (1973), na Inglaterra (1979) e nos Estados Unidos da América (1980), seguidos de outros países da América Latina a partir da década de 1980 (LAURELL, 2002).

No Brasil, a submissão aos interesses hegemônicos do neoliberalismo foram atrasados por conta da resistência popular e pelos anseios pela redemocratização do país. Mas, ao mesmo tempo, que havia forte comprometimento com a luta pela democracia, havia também fortes interesses dos governos em submeter-se aos ditames externos e ajustar-se de acordo com a inspiração neoliberal. Paulatinamente, após o Consenso de Washington (1989), o Brasil reverteu

³ sobre a questão agrária compreende-se que é antiga e mais ampla, remonta a uma longa história de lutas sociais desde a conquista portuguesa de nosso território. Já a reforma agrária consiste em designativo mais recente, datado de meados da década de 50 do século XX e que, mesmo partindo da confluência entre os movimentos populares do campo e o discurso estatizado, implicaria em induzir, junto a seus receptores, uma expectativa relativa a um projeto concreto, que se materializaria na promessa de um futuro quase sempre tido como melhor, posto que não vivido (SOUZA, 2013, p. 38).

essa situação e apregooou uma nova lógica hegemônica de modernidade e desregulamentação financeira que iriam abrir as portas brasileiras para a nova dinâmica da economia internacional (SADER, 2010).

Os planos de reformas e ajustes estruturais propostos no Consenso de Washington pelo FMI e Banco Mundial para os países “em desenvolvimento” pretendiam a liberalização do comércio e do sistema bancário; privatização de empresas públicas; reforma tributária; privatização da terra, fomento ao agronegócio; desregulamentação do mercado de trabalho; enfraquecimento de sindicatos; reforma previdenciária; gestão da pobreza e a implantação da boa governança. No Brasil, um dos principais laboratórios de ajustes estruturais neoliberais foi o estado do Paraná durante o governo de Jaime Lerner (1995-2003).

Laurell (2002) afirma que diante dessa lógica, as políticas sociais são substituídas por programas de combate à pobreza, de caráter transitório, dependentes de recursos externos, além de muitas vezes serem realizadas pela sociedade civil articuladas à organizações comunitárias ou organizações não governamentais, como as ONGs e também as parcerias públicas e privadas, eximindo o Estado de suas responsabilidades. Nesse processo de consolidação das políticas neoliberais ocorre a ressignificação do papel dos Estados. A transformação acontece de modo a dar prosseguimento à legitimação do sistema econômico capitalista e o aprofundamento das desigualdades da sociedade.

No Brasil, a ressignificação do papel do Estado ao ideário neoliberal foi introduzido a partir de fundamentos do capital humanizado com a perspectiva do individualismo e subjetivismo metodológico neoliberal com novas determinações, atribuindo, por exemplo, ao que Neves (2005) denomina de pedagogia da hegemonia, o papel de educar para o consenso instituindo a sociabilidade neoliberal retirando toda a possibilidade do enfrentamento de classes. E, ainda atribui ao Estado que ele não intervenha nas áreas sociais, transferindo ao terceiro setor o papel de fomentar novos aparelhos privados de hegemonia que contribuam com a privatização das políticas públicas neoliberais.

Essa lógica neoliberal visa a mercantilização dos serviços essenciais à população, como educação e saúde, que faz

parecer natural às pessoas terem que pagar por esses serviços para tê-los com qualidade ou para serem valorizados. A partir dessa vertente econômica, plenamente expressa no Plano Diretor da Reforma do Estado (1995), as consequências sociais causadas pela desigualdade e injustiça do sistema capitalista, não passam de meras causas dos problemas enfrentados na sociedade, nunca chegando ao ponto central das contradições e causas que existem nesta sociedade.

Nos países em desenvolvimento, como os da América Latina, a reforma do Estado foi orientada por instituições financeiras multilaterais que utilizaram de seus instrumentos de poder para exigir políticas de reajuste estrutural. Os países deveriam “realizar uma rigorosa disciplina fiscal, privatização, redução dos gastos públicos, reformas (tributária, previdência, etc.), liberalização comercial, desregulação da economia e flexibilização das relações trabalhistas, dentre outras” (SILVA, 2003, p.68).

Essas orientações materializadas na conjuntura social brasileira ocorreu associada ao discurso de modernização do país, propagado pelo presidente Fernando Collor de Mello (1989), se aprofundando nas décadas de 1990 e 2000, nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). Constituindo uma agenda de reformas estruturais de acordo com os princípios do mercado e que, ainda, estão em construção, principalmente, na atual conjuntura após processo de interrupção do mandato da Presidenta Dilma Rousseff em meados de 2016 e as aprovações da Proposta de Emenda à Constituição nº 55/2016 (PEC do Teto dos Gastos Públicos) e nº287/2016 (PEC da Reforma da Previdência).

A partir de 1990 com a Reforma do Aparelho do Estado brasileiro, que visava a fragmentação do aparato estatal até então constituído, marca-se o ponto central em que o Estado brasileiro passa a ser reformado conforme às orientações do livre mercado, predispostas pela criação do Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE) consolidado a partir de 1995 sob a liderança do ministro Luiz Carlos Bresser Pereira⁴, no governo FHC, com o Plano Diretor da Reforma do Estado Brasileiro (1995).

Com o discurso da crise do aparelho estatal (crise do modelo burocrático de administração

⁴ ministro da Reforma do Estado no primeiro mandato de FHC (1995-1998).

pública ao contexto da sociedade pós-industrial) e da crise de governança (incapacidade estatal de implementar políticas públicas), o ministro Bresser Pereira foi o responsável por implementar as reformas estruturais orientadas pela lógica do mercado ao setor público com o auxílio de organismos internacionais, principalmente, do Banco Mundial e FMI, que sustentava as estratégias para redefinição de novas formas de intervenção do Estado nas relações econômicas e sociais.

Peroni (2003) explica que no discurso de crise empregado por Bresser Pereira, a crise estrutural não estava na base econômica e nas contradições sociais que o desenvolvimento capitalista produzia, mas no gerenciamento que o Estado opera ao intervir no processo de acumulação de capital. Portanto, por meio desse discurso de modernização estatal, implementou-se a administração pública gerencial aumentando as capacidades de governança e de governabilidade viabilizadas por novas determinações do papel do Estado como regulador e facilitador do desenvolvimento social pelo capital.

No início da década de 1990, quando afirmava-se que o Estado era pesado, burocrático e culpabilizado pela crise brasileira, sendo incapaz de superá-la, Bresser Pereira difundiu a ideia de que era necessário modernizá-lo, enxugá-lo, fortalecê-lo e que estas ações seriam possibilitadas por reformas orientadas pelo mercado. Tratava-se, então de abrir para competição internacional, de privatizar setores competitivos como a siderurgia e a petroquímica, fazer a reforma gerencial do Estado, a reforma da previdência, a reforma tributária e a reforma política.

As estratégias organizadas no governo FHC para implementação destas reformas pautaram-se em um documento chamado “Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado” de 1995, cujo objetivo era transformar o Estado burocrático e rígido num Estado gerencial, flexível e eficiente. Em que os custos fossem reduzidos e a qualidade dos serviços fosse elevada (PERONI, 2003).

Na Reforma do Estado brasileiro, observamos os princípios neoliberais se materializando nas políticas de ações afirmativas, a saber, abertura comercial; desregulamentação financeira e desregulamentação do mercado de trabalho; privatizações; abertura da economia ao capital privado; supressão dos direitos sociais; terceirizações; publicizações; descentralizações, leia-se desconcentração; segregação entre

formulação e implementação das políticas públicas, atribuindo ao Estado a responsabilidade de controle dos resultados e superação da crise por meio de transferências de ações que o Estado realizava mal para o mercado e sociedade civil (PERONI, 2003).

Desta maneira, muda-se a responsabilidade do Estado, de acordo com as leis que regem o mercado em que as políticas sociais não serão mais ofertadas como direito de todos e sim focalizadas. Portanto, a responsabilidade do Estado para com as políticas sociais, são transferidas para o setor privado e para a sociedade civil no que tange a sua execução (PERONI, 2003).

Na concepção de Peroni (2003), as políticas públicas representam o Estado em ação, implantando um projeto de governo, por meio de programas e ações voltadas para setores específicos da sociedade. Assim, as políticas sociais representam o padrão de proteção social implementado pelo Estado na distribuição de benefícios sociais e diminuição das desigualdades estruturais causadas no modo de produção capitalista.

A realidade histórica nos mostra que a política de saúde, de educação, de habitação popular, de assistência social, por exemplo, não formam um todo social, pois são fragmentadas sendo concebidas como “tapa-buracos” (PERONI, 2003). A título de exemplificação, observa-se que a educação não se articula com a política de saúde, habitação e trabalho. Dessa forma, a política de Educação do Campo entendida pelo Estado não se articula com um projeto de campo para os trabalhadores rurais.

Ao Estado brasileiro foi delineado novas reestruturações para diversificar fontes de financiamento, racionalização de gastos, reorganização do processo produtivo e responder com “eficiência e eficácia” às constantes mutações do mercado na fase da mundialização do capital. Considera-se que a administração gerencial adotada como parâmetro para a administração pública mudou a estrutura dos incentivos do público para o privado, visando a otimização e maximização de lucros, estabelecendo que a ordem do mercado é superior ao Estado. Dessa forma, os indivíduos passam a ser clientes providos de liberdade econômica para atuar na sociedade do livre-mercado.

As estratégias de reformas implementadas no Brasil remontam a ideia de que é a organização

do Estado que fomenta problemas fiscais e, por conseguinte, as crises, portanto para superá-las bastava-se a implementação de uma reforma estatal que não levou em consideração todo o contexto global em que “a crise não é apenas econômica, mas também política e social, portanto, indiscutível a centralidade do problema do Estado e da luta de classes” (PERONI, 2003, p. 65). No entanto, a sociedade brasileira naturaliza a crise do capital, como simples crise fiscal, da qual esta é apenas uma faceta.

Autores que fazem crítica à economia política nos ajudam a compreender que as crises são demonstrações claras de que o modo de produção capitalista é dinamizado por contradições e só se desenvolvem com a reprodução e a ampliação dessas contradições no seio da luta de classes. Marx afirmou que “o próprio capital é a contradição em processo [...]” (2011, p. 588) que trabalha pela própria dissolução da forma dominante, pois ao mesmo tempo que as relações de produção produzem a riqueza, também produz a miséria.

É necessário pontuar que os Estados capitalistas implementaram o neoliberalismo dentro das possíveis condições socioeconômicas e políticas vigentes. Para tanto, fez-se necessário todas as estratégias de reformas em todos os setores educação, saúde, previdência, etc. inclusive nas políticas sociais e públicas que passam a ser entendidas como política social e não pública, que por ter esse caráter, o Estado pode ou não desempenhar um papel fundamental na formulação e efetivação das políticas sociais.

Segundo Laurell (2002) a política social, é o conjunto de medidas e instituições que têm por objeto tentar reduzir os problemas provocados pelas desigualdades sociais. As características das políticas sociais são determinadas pelos processos políticos, culturais e ideológicos particulares que fazem parte de um complexo e contraditório movimento de ida e volta entre as forças sociais em disputa. Este movimento, por sua vez, no próprio Estado configura uma arena de disputas e interesses.

Todo aparato do Estado, hegemonicamente construído, passou a ser medido de forma “eficiente e eficaz” para o mercado, consolidando o sóciometabolismo do capital no Brasil por fora das esferas produtivas. O que pressupõe análises liberais ou neoliberais que não permitem o entendimento da totalidade histórica que compreende as contradições inerentes da

sociedade burguesa e naturalizam o capitalismo fazendo transposições diretas sem considerar as mediações da realidade histórica, social, econômica e política.

O movimento de acumulação financeira e de fortalecimento do capital foi ao mesmo tempo determinante e determinado pelas relações econômicas financeiras, por conflitos de interesses da fração que depende dessas relações e pelas contradições com a classe trabalhadora em todos os setores do Estado reformado. Dessa forma, percebe-se as reformas no aparelho de Estado que são objetivadas na área administrativa, no sistema jurídico, na área previdenciária, na economia, na educação e etc.

A medida que essas relações foram incorporadas ao aparato estatal, novas políticas públicas e legislações foram propiciadas para atender os interesses da classe dominante, subsidiando toda a dominação ideológica, social, cultural, educacional, política e econômica à favor do livre mercado e da livre concorrência mundial, articulando os interesses locais aos internacionais na predominância do capitalismo contemporâneo.

UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES ENTRE MST E ESTADO: (DES)ENCONTROS NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO PARANÁ

Diante da lógica estabelecida na atual fase do capitalismo, entendemos que algumas pessoas vivem regidas pela ótica do capital, consideram que por conta dos seus “efeitos benéficos” vivemos em um mundo cibernético, pós-industrial, pós-moderno, da produção de mercadorias que atingiram seu apogeu com grande sucesso. Alguns ainda entendem que vivemos em uma sociedade sem desigualdades, sem luta de classes porque o capitalismo é responsável por minimizar as desigualdades do mundo.

Com esses discursos provenientes de um consenso extremamente hegemônico e apologético ao capital, compreendemos que o ideário neoliberal ao suprimir a luta de classes e as contradições inerentes do capital, forma esse tipo de consciência social alienada e alienante. Na verdade, escondem diante do consenso do “mundo moderno e promissor” o que de fato pode ser preocupante para o capital, não a coesão social, mas uma revolução proveniente da classe trabalhadora que historicamente foi expropriada

do seu trabalho e de boas condições para sua sobrevivência para que façam e determinem a história⁵.

Contudo, também existem aqueles que diante desse contraponto ou contradição inerente ao capital, organizam-se politicamente e ideologicamente para cobrar o que foi expropriado de sua condição humana para não perecerem em uma condição inanimada. Assim, constitui-se os movimentos sociais do campo, que historicamente tiveram seus direitos sociais marginalizados desde o século XVI, com as capitânias hereditárias, Revolta de Canudos e Contestado e entre outras que foram marcadas pelas lutas por terra no Brasil.

Até os dias de hoje a luta pela terra não foi superada, inclusive, foram retomadas pela luta por reforma agrária que, constitui uma das mais prementes necessidades sociais do Brasil. A luta por reforma agrária passa a ser eixo constituinte do MST, que surgiu no contexto brasileiro a partir de 1984, como uma das maiores e mais disciplinadas organizações sociais.

Pinassi (2009) afirma que o MST surgiu concomitante a um projeto fincado no crescimento econômico e na distribuição da riqueza que era totalmente desigual, despertando temor e respeito, ao planejarem ocupações sucessivas de áreas improdutivas inspirada na Teologia da Libertação e preceitos socialistas.

Tanto o MST como outros movimentos sociais brasileiros e internacionais originam-se da condição trágica e atual do desemprego estrutural, causando a desigualdade e a miséria aos excluídos do processo de acumulação burguesa. Suas ações partem de um forte apelo crítico e ideológico que resiste ao tempo e ao desenvolvimento do capitalismo devido ao fracasso que o mesmo desenvolve na sociedade (PINASSI, 2009).

Desde meados da década de 1980 suas reivindicações por meio de marchas, ocupações e etc. tem sido objetivas para chamar a atenção da sociedade brasileira para a grave situação de pobreza e desigualdade no campo, exigindo mudanças ao povo brasileiro, assim como tem mostrado que existem uma outra alternativa de

gestão da sociedade e da educação (MÉSZÁROS, 2007).

Uma das formas pelas quais a ideologia neoliberal como “única” forma de gestão da sociedade tem sido propagada pelo consenso hegemônico é a educação que tenta formar homens que mantenham a ordem posta. Diante desse pressuposto, é que o MST se coloca em movimento pela educação⁶, atrelada a um projeto popular da reforma agrária advogando as lutas sociais dos camponeses organizados para combater a ditadura do capital no campo e materializar a democracia no Estado.

Durante o percurso histórico da educação no Brasil compreende-se que a escola serviu como instrumento de segregação entre dominados e dominantes e que no contexto da redemocratização do país esta seria o principal *lôcus* de emancipação humana e campo de luta para superação de contradições sociais. Entretanto, a escola continuou servindo para a consolidação da ideologia dominante na sociedade, principalmente, após vastas orientações dos organismos internacionais vinculados ao sistema ONU (OLIVEIRA, 2013).

Em 1988, a Constituição Federal do Brasil define a educação como um direito social, expressados no Artigo 205 em que se garante a educação “como direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988, p. 49).

Souza (2002) afirma que a não garantia desse direito, de forma plena, principalmente, aos povos do campo fomenta ação das lutas de classes sociais reivindicativas por escolas públicas e qualidade do ensino respeitando à diversidade do campo.

Nesse sentido, vislumbra-se a construção de uma escola contrária ao ideário em que a sociedade caminha, contrapondo-se as bases do projeto de sociedade hegemônica e destrutiva da formação humana por meio da mercadorização da educação, como nos apontou Mézáros (2007). Constituiu-se, assim, a Educação do Campo a qual

⁵ ara a concepção marxista, a garantia da existência e reprodução dos homens partem do pressuposto de que para estes produzirem sua história, é necessário que estejam em condições de viver para poder “fazer história”.

⁶ ducação para o MST tem uma concepção diferenciada da educação mercadológica apregoadada pelos organismos internacionais após a Reforma Educacional de 1990. Para o MST, a educação sempre deve partir da realidade dos envolvidos no processo, isto é, partir da realidade dos camponeses.

foi construída historicamente em cinco períodos, sendo o 1º Constituição da questão escolar (1979-1991); 2º Consolidação da Proposta de Educação (1992-1995); 3º Ampliação da escola à educação (1996-2000); 4º Massificação da escola (2001-2006); 5º Crise da escola e espaços de articulação entre o MST e o Estado (2006 – atual) (OLIVEIRA, 2013).

A partir da década de 1990, a Educação do Campo foi consolidada como proposta interligada ao MST, juntamente com a construção da reforma agrária, visando à garantia de direitos sociais estabelecidos nos textos legais nacionais. Ademais, para resistir na terra é necessário uma educação que forme sujeitos coletivos e humanizados no processo de construção da história individual e coletiva do país. A Educação do Campo que prioriza a formação social dos homens vinculado ao projeto de formação para a transformação social e ação militante prioriza dois princípios fundamentais para seu fomento: 1) princípios filosóficos da educação do MST; 2) princípios pedagógicos da educação do MST.

Portanto, entende-se que a escola é um dos espaços educativos, visto que a vivência no movimento e a história desses sujeitos também se constitui como educação para o MST (SOUZA, 2002). A proposta de educação do MST parte dos seguintes pressupostos:

Que tipo de pessoa queremos formar para nossos quadros; que objetivos específicos têm a escola nesta formação; quais os principais princípios e orientações metodológicas para os professores de assentamento; que tipo de professor é necessário para este tipo de escola; como deve ser a relação da escola com o conjunto do assentamento; como deve ser a relação com o Estado e com outras entidades; quais os principais desafios para realizar esta proposta em todas as escolas de assentamentos do MST? (MST, 1990, p. 3).

Dessa proposta, entende-se que a importância e emergência das lutas por ocupações de escolas atreladas às ocupações de terra, por meio da luta por Políticas Públicas permanentes para a Educação do Campo no Brasil, contemple uma parcela da sociedade que fora excluída desde o período da colonização brasileira no século XVI.

Para fomento de políticas públicas para a Educação do Campo, fez-se necessário a

organização e articulação de espaços de diálogos entre os Movimentos Sociais do Campo e o Estado. Tomando como referência o Estado do Paraná que possibilitou um diálogo a partir do final da década de 1990 e que continua até os dias atuais, marcados por encontros e desencontros no processo de implementação da Educação do Campo como política pública permanente de Estado. O MST luta por uma política pública de Educação do Campo trazendo em seu âmago a tentativa de mobilizar a classe trabalhadora a lutar pela conquista de direitos sociais para romper com as políticas sociais compensatórias (OLIVEIRA, 2013).

A Educação do Campo ocorre na perspectiva de um projeto de luta social, reflexão coletiva e práxis humana e educativa vinculadas às lutas dos trabalhadores rurais. Caldart (2005, p. 64) explica que a Educação do Campo faz parte de um projeto político e social maior, em que: “antes ou (junto) de uma concepção de educação, ela é uma concepção do campo” e ainda explica que “não há escolas do campo num campo sem perspectivas, com o povo sem horizontes e buscando sair dele”.

Nessa perspectiva, a Educação do Campo está vinculada com o desenvolvimento social do território camponês. Caldart (2005, p. 27) defende que a Educação do Campo é pensada pelos seus próprios sujeitos, encarados como protagonistas sociais, na luta por uma Educação “no e do” Campo, em que “No: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive. Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com sua participação, vinculada a sua cultura, e a suas necessidades humanas e sociais”.

Cecílio, Hirose e Silva (2010) asseveram que entre as diversas ações que corroboram com a permanência e luta pela terra, a educação e, em consequência, a escola se fazem necessárias para contribuir com o projeto que se baseia em inserir o campo e a educação vinculada às bases sócio-políticas e econômicas do Brasil. Visando a superação do campo como lugar de atraso e o descompasso histórico em relação aos camponeses.

Pensando na inserção de educação feita pelos trabalhadores rurais atendendo as necessidades da identidade camponesa e amparados legalmente pelo Artigo 28 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB nº 9.394/1996, é que a Educação do Campo passa a fazer parte do diálogo entre os MST e o Estado.

Reivindicando políticas públicas permanentes para os sujeitos do campo.

Caldart (2005) afirma que antes da década de 1990, a educação voltada para a classe trabalhadora das zonas rurais prevalecia como um apêndice da educação urbana. Os Movimentos Sociais do Campo lutam para alterar essa realidade secular, pressionando o Estado para instituir diretrizes curriculares que vá ao encontro das especificidades dos camponeses, fortalecendo as políticas públicas para uma educação de qualidade para com a escola campesina e seus profissionais, tanto do ponto de vista social, quanto científico.

Souza (2002) afirma que os fatores que contribuíram para o estabelecimento de diálogo entre MST e o estado do Paraná, no âmbito educacional, foram: existências de professores sem formação para atuar no ensino fundamental; elevado número de jovens e adultos analfabetos nos assentamentos e acampamentos rurais; a presença de funcionários da Secretaria Estadual de Educação dispostos a participar de projetos de educação vinculados às áreas rurais; a reivindicação do MST com relação às escolas e educação através de parcerias com o governo.

O sujeito coletivo, MST, fortalecido e organizado estabeleceu parcerias que possibilitaram a inserção da Educação do Campo na agenda das políticas públicas do Estado do Paraná. Segundo Souza (2002) as primeiras parcerias estabelecidas entre Secretaria de Educação do Paraná e a entidade jurídica do MST – Associação Nacional de Cooperação Agrícola - ANCA - foi organizada a partir da alfabetização de jovens e adultos sem terra, cuja organização da parceria se dava da seguinte forma: O MST selecionava e contratava monitores; organizava o processo pedagógico; executa o projeto e buscava novas parcerias como ONG's e universidades. A Secretaria de Educação (Estado) cabia a função de acompanhar o trabalho desenvolvido; supervisionar a implantação e execução do projeto; produzir material pedagógico em conjunto com a ANCA/MST e repassar os recursos financeiros a ANCA/MST.

Os relatos de monitores dos programas de alfabetização de jovens e adultos camponeses no Paraná⁷, afirmaram que o Estado não ajudava com

os cursos de capacitação ofertados conforme o combinado entre o processo das parcerias. Eles argumentaram que às vezes quem bancava os recursos financeiros era o próprio MST, bem como, no incentivo do trabalho o Estado também se omitia. Dessa forma, algumas parcerias não foram renovadas, marcando, assim, o caráter de política neoliberal compensatória aos povos do campo⁸.

Souza (2002) afirmou que essa problemática decorre do receio que o Estado tem de viabilizar verba à educação dos assentados e acampados e contribuir com o fortalecimento do movimento na disputa por terras e outras demandas sociais. Afinal, o fomento de políticas sociais compensatórias são importantes para a administração do Estado porque trazem em sua essência a tentativa de apascentar a classe trabalhadora em lutar pela conquista de seus direitos.

No âmbito do governo federal, outra parceria existente ocorre entre MST, universidades e Instituto de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, constituindo o Programa de Educação na Reforma Agrária - PRONERA que coordena, cria, desenvolve e amplia os níveis de escolarização formal dos trabalhadores rurais assentados. O PRONERA também atua como instrumento de democratização do conhecimento no campo, ao propor e apoiar projetos de educação que utilizem metodologias voltadas para o desenvolvimento das áreas de reforma agrária.

As parcerias no âmbito do governo federal, como as vinculadas ao PRONERA, ainda existem em função da pressão e demanda do MST, que persistentemente revelam altos índices de analfabetismo nas áreas rurais (SOUZA, 2002). Contudo, essas parcerias podem ser contínuas ou descontínuas, por conta da ação dos atores sociais, funcionários do Estado, que desenvolvem projetos com o MST e atores sociais que não dão continuidade no desenvolvimento dos projetos em função do dispêndio de verbas, por falta de interesse ou mesmo por trocas de governo. Enfim, a educação do MST depende do Estado em função

⁷ entrevistas coletadas pela Prof^a. Maria Antonia de Souza (UTP/UEPG) no projeto de pesquisa que focalizou os estudos nos programas de Alfabetização de Jovens e

Adultos no Paraná no período de abril a dezembro de 1999.

⁸ parceria entre Secretaria de Educação do Paraná e MST para alfabetização de jovens e adultos durou entre os anos de 1996 a 1998.

do repasse de verbas e certificações, o controle é estritamente financeiro e não pedagógico.

Souza (2002, p. 224) explicita que:

De qualquer forma, quando se trata do MST, existem interesses políticos, tanto na esfera estadual quanto federal, no sentido de anulação das ações e da visibilidade do mesmo, tendo em vista que é um dos poucos movimentos fortalecidos na sociedade civil. Portanto, a interrupção de convênios e atrasos no repasse de verbas devem ser analisados também à luz de tais conflitos.

As lutas sociais reivindicativas por educação, em todos os níveis de ensino, passam por interferências da “Articulação Nacional Por uma Educação do Campo” e da “Articulação Paranaense de Educação do Campo” que desenvolvem seus trabalhos com o objetivo de proporcionar a ampliação do debate sobre educação a partir do contexto camponês, ressaltando sua cultura, visão de mundo, espaço, modo de vida, organização familiar e trabalho.

Além das parcerias estudadas acima, temos a título de exemplificação, as principais aberturas do diálogo entre MST e Estado, com o I ENERA - Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária, promovido pelo MST, em julho de 1997 na cidade de Brasília – DF; Conferência por uma Educação Básica do Campo, em 1998 em Luziânia/GO; em 2004, a II Conferência Nacional por uma Educação do Campo, realizada em Luziânia/GO que marcam um compromisso de dinamizar a história, uma vez que o período histórico e político-educacional propiciava o ressurgimento da questão da educação dos camponeses e organização como sujeitos coletivos de direitos⁹.

De acordo com Santos (2009, p. 40), havia a necessidade de inserção de atuação nas políticas públicas, visando a compreensão do funcionamento do Estado para atuarem em relação a ele “ora contrapondo-se, ora lutando contra ele, ora propondo e articulando com ele”, por isso a

necessidade de compreender o Estado capitalista, aparelho privado de hegemonia, refletindo sobre o processo de modernização capitalista que atinge o campo, sob os aspectos do agronegócio impactando todas as esferas da vida das populações que vivem do e no campo.

Oliveira (2013) afirma que o Estado do Paraná e o MST, assumiram a proposta de fomentar debates em torno da implementação de políticas estaduais e nacionais. Foram detectados alguns problemas que atravessaram o debate, tais como a nucleação de escolas públicas nas periferias das cidades e o fechamento de escolas do campo, ações que expressavam o descontentamento do Estado em prover políticas públicas aos povos do campo, fundamentados na ideia de que para o trabalho no campo não seria necessário escolarização. Ideia esta, decorrente do ideário neoliberal que visualiza o campo como um dos principais meios de produção do capitalismo, possibilitados pelo agronegócio, confirmando a segregação social decorrente da ditadura do capital.

O ideário dos Movimentos Sociais, principalmente MST, contrapõe essa concepção de formação humana adotada pelo Estado construída por uma vertente de pedagogia hegemônica, e afirma que os conhecimentos historicamente produzidos pela sociedade proporcionarão à esses sujeitos sociais condições para lutar por direitos humanos e justiça social. Ademais, para compreender a sociedade capitalista e questionar as contradições inerentes a ela se faz necessário a compreensão do modo de produção capitalista e suas relações de produção e trabalho.

A partir dessa ideia também se explicita a intencionalidade da Educação do Campo impulsionada pelo MST, em lutar por um projeto pedagógico, matrizes curriculares e em uma metodologia que compreenda o modo de produção e organização da vida no território constituindo a formação humana de seus sujeitos coletivos. Portanto, a escola que se alia aos modelos empresariais e espera que a educação sirva aos interesses do mercado e do capital formando pessoas para empregabilidade, não se encaixa com o modelo de escola defendido pelo MST.

Percebe-se como resultados dos encontros e desencontros entre MST e Estado, tanto no âmbito federal como estadual, a construção de programas voltados para educação nas áreas de assentamentos e acampamentos rurais; o

⁹ om o fim da ditadura e as Bases Legais vigentes como o Art. 208 e 210 da Constituição da República Federativa do Brasil (1988) e do Art. 23, 26 e 28 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB nº 9394/1996. Textos que estimularam os camponeses a lutar por direitos e conhecê-los à medida que dinamizam a história, conquistando diretrizes e pareceres que sustentam a Educação do Campo no Brasil.

estabelecimento de parcerias envolvendo diferentes atores sociais, tais como: universidades; a construção de um projeto educacional que se originou das reivindicações da base da sociedade; a concepção de Educação do Campo e estratégias metodológicas que são construídas ao longo do processo de ensino-aprendizagem e, principalmente, a importância da escolarização e alfabetização não somente para assinar um nome, mas para ler o mundo e poder transformá-lo, isto é, educação não para empregabilidade, mas para formação política e emancipação humana e cultural dos educandos.

Embora a Educação do Campo e seus processos políticos educacionais tenham avanços significativos para o sujeito coletivo sem terra, ainda, existem alguns desafios a serem superados em relação à Educação do Campo. Sendo que algumas delas decorrem em função da falta de prioridade que os trabalhadores rurais atribuem à educação e também pela inserção de capital no campo desterritorializando, expropriando seus sentidos e representações do sujeito camponês. Alguns trabalhadores rurais não entendem que a educação é um dos fundamentos que auxiliam as estratégias de sobrevivência e luta pela terra. Esta situação decorre da focalização que o Estado comete com suas políticas neoliberais, desvinculando a educação dos camponeses de um projeto maior, um projeto de campo brasileiro. Não nos moldes mercadológicos, como têm feito, por meio dos subsídios ao agronegócio (expressão máxima do capitalismo no meio rural). Mas, com projetos políticos realizados “no e do” campo, vislumbrando políticas públicas voltadas para os setores populares da sociedade brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem ter esgotado todas as discussões que permeiam a sociedade capitalista, seu pressuposto econômico, político e ideológico neoliberal e os encontros e desencontros que se apresentam nas relações do MST e Estado neoliberal na implementação de políticas públicas para Educação do Campo no Paraná, compreendemos que toda luta por emancipação humana travada pelos sujeitos coletivos e organizados em questão se darão quando esta sociedade for superada para uma sociedade que viva para além do capital.

As discussões apresentadas até aqui sobre Estado neoliberal e MST na implementação de políticas públicas para educação dos seus sujeitos

sociais, não chegam a ínfima parte de concluir as relações prementes entre o MST e a complexidade destrutiva do capital. No entanto, permanecem alguns questionamentos referente às discussões que tentamos estabelecer aqui no que tange a focalização da luta pela reforma agrária e educação constituir uma particularidade histórica que pode ser ampliada e ser portadora de uma potencialidade emancipatória universalizante, tendo em vista todos os postulados históricos e dialéticos que já fazem parte do debate dos movimentos. Pois, as lutas do MST articulam-se com outras especificidades da classe trabalhadora contemporânea. Contudo, entendemos que assim como o capital pode mundializar-se, as lutas de movimentos sociais espalhados por toda América Latina e outros continentes também podem romper as fronteiras de resistência da hegemonia imperialista e destruir o capital e suas relações contraditórias e predatórias aos seres humanos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2002. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 16 jul. 2016.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n.9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 5 jul. 2016.

CALDART, R. S. Elementos para a construção do projeto político pedagógico da Educação do Campo. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Cadernos Temáticos: educação do campo**. Curitiba: SEED/PR, 2005.

CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. 1. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CECILIO, M. A.; HIROSE, K.; SILVA, I. M. S. e. Educação do campo: políticas e diretrizes. In: CARVALHO, E. J. G.; FAUSTINO, R. C. (Org.). **Educação e diversidade cultural**. Maringá: EDUEM, 2010.

ENGELS, F. **A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra**. (tradução: Rosa Camargo Artigas e Reginaldo Forti). São Paulo: Global, 1985.

- LAURELL, A. C. Avançando em direção ao passado: a política social do neoliberalismo. In: _____. (org.). **Estado e políticas sociais no neoliberalismo**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2002. p.151-178.
- LÊNIN, V. I. **O Estado e a Revolução**. Campinas, SP: FE/UNICAMP, 2011.
- MARX, K. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011. p. 570-592.
- MÉSZÁROS, I. **Educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA. **Linhas básicas da proposta de educação do MST para as escolas de acampamentos e assentamentos** (documento para discussão). São Paulo: Setor de Educação, 1990.
- NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia política**: uma introdução crítica. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- NEVES, L. M. W. **A nova pedagogia da hegemonia**: estratégias do capitalismo educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005.
- OLIVEIRA, C. M. **As relações contraditórias entre MST e Estado na criação e implementação de políticas para a Educação do e no Campo no Estado do Paraná, a partir de 1990**. 328 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: Profa. Dra. Maria Aparecida Cecílio. Maringá/PR, 2013.
- PERONI, V. Breves considerações sobre a redefinição do papel do Estado. In: **Política educacional e papel do Estado**: no Brasil dos anos 1990. São Paulo: Xamã. 2003.
- PINASSI, M. O. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e a completude destrutiva do capital. In: PINASSI, M. O. **Da miséria ideológica à crise do capital**: uma reconciliação histórica. São Paulo: Boitempo, 2009.
- POULANTZAS, N. **O Estado, o poder e o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1985. p. 13-54 _____. Traços fundamentais do Estado capitalista. In _____. **Poder político e classes sociais**. Porto Novembro: Portucalense, 1971.
- SADER, E. Brasil, de Getúlio a Lula. In: SADER, E.; GARCIA, M. A. (Orgs.). **Brasil, entre o passado e o futuro**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Boitempo, 2010.
- SANTOS, C. A. **Educação do campo e políticas públicas no Brasil**: a instituição de políticas públicas pelo protagonismo dos movimentos sociais do campo na luta pelo direito a educação. Dissertação (Mestrado em Educação), Unb, Brasília, 2009.
- SILVA, I. G. **Democracia e participação na “reforma” do Estado**. São Paulo: Cortez, 2003.
- SOUZA, E. A. **O poder na fronteira**: hegemonia, conflitos e cultura no norte de Mato Grosso. Cuiabá: EdUFMT, 2013.
- SOUZA, M. A. As relações entre o Movimento dos Sem Terra – MST e Estado: Encontros e desencontros na Educação de Jovens e Adultos dos Assentamentos Rurais. In: DAGNINO, E. (Org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.